

Ata Quatro

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e dez minutos, no edifício da sede da Junta de freguesia de Palme, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Palme, que foi presidida por Natália Queirós. Estavam também presentes os membros Maria Alice Sá, Márcia Barbosa, Lúcia Carvalho e Odete Mendes. Não estava presente a presidente da Junta. Marcavam presença os membros do executivo Davide Pires e Lisete Ribeiro. Verificada a existência de quórum, a presidente da Mesa deu início à reunião que era composta pela seguinte ordem de trabalhos:

----- Ponto um: Leitura e votação da ata da reunião de quinze de abril de dois mil e vinte e dois; -----

----- Ponto dois: Apreciação, discussão e votação da primeira alteração modificativa ao orçamento; -----

----- Ponto três: Votação da proposta de alteração ao Regimento da Assembleia de Freguesia de Palme; -----

----- Ponto quatro: Outros assuntos de interesse para a Freguesia; -----

----- Período C: Intervenção do público.-----

----- Antes de iniciar a ordem de trabalhos, a presidente da Mesa deu a palavra aos membros presentes para que expusessem as questões ou assuntos que quisessem ver esclarecidos e que não constassem da ordem do dia. Pediu a palavra Lúcia Carvalho para perguntar o porquê de a reunião ser marcada para uma sexta feira quando o que já tinha sido pedido na reunião anterior era que fosse marcada para o domingo de manhã de forma a poder ter a presença de mais público. Disse que no seu caso pessoal foi um pouco difícil estar presente a horas por ser dia de trabalho. Respondeu a presidente da Mesa que devido a ter que se fazer a reunião no mês de setembro e estando o mês quase a terminar teve mesmo que ser neste dia. Outras datas não foram possíveis devido a compromissos da sua parte ou dos membros do executivo. Pediu depois a palavra Odete Mendes para perguntar o porquê de não se ter realizado a reunião de Assembleia que deveria ter decorrido no mês de junho. Respondeu a presidente da Mesa para explicar que isso se deveu a um lapso seu porque nessa altura esteve bastante afetada por ter contraído COVID-19 e fez confusão entre os meses de junho e julho. Como só se apercebeu da falha já no mês de julho e depois de ter falado com o executivo da Junta e se ter inteirado de que não haveria assuntos urgentes a serem tratados em Assembleia, optou por não convocar reunião. Odete Mendes contrapôs que não haver assuntos urgentes não era desculpa uma vez que podia a opinião de outros membros ser diferente dessa e perguntou quem os consultou acerca disso. Tomou a palavra Maria Alice Sá para apontar essa falha também aos membros por não questionarem a presidente da Mesa acerca da falta de convocatória para a reunião em tempo útil, considerando ser esse um dever daqueles que são membros da Assembleia, frisando que ela própria não se lembrou e deixando no ar a pergunta sobre se alguém tinha posto essa questão à presidente da Mesa na altura e não apenas agora. Odete Mendes perguntou então qual o motivo para a presidente da Junta não estar presente nesta reunião. A presidente da Mesa respondeu que a presidente da Junta tinha avisado atempadamente da impossibilidade da sua presença na reunião e justificado a sua ausência. Odete Mendes disse que tinha ainda um assunto para expor. Explicou que gostaria que os membros do executivo fizessem um balanço do primeiro ano de mandato. Respondeu a presidente da Mesa para dizer que seria melhor fazer isso mais à frente por não considerar um assunto de antes da ordem do dia. Lisete Ribeiro disse que achava mais adequado fazer isso no ponto em que se fala sobre outros assuntos de interesse para a Freguesia porque nessa altura se falaria sobre a atividade da Junta. Odete Mendes concordou. Não havendo mais assuntos a debater

neste período, a presidente da Mesa deu então continuidade à reunião.

----- Passando ao ponto um da ordem de trabalhos, a presidente da Mesa propôs a dispensa da leitura da ata que já tinha sido enviada aos membros junto com a documentação relativa à ordem de trabalhos. A dispensa da leitura foi aprovada por unanimidade. Odete Mendes tomou a palavra para questionar se as reuniões estavam a ser gravadas porque a ata tinha pormenores de tal forma exatos que sugeria a existência de qualquer gravação para a sua elaboração, dizendo que não via ninguém a tomar notas. Disse que se tal situação se verificasse era muito grave uma vez que já tinha sido proposta por si a gravação das reuniões e até a sua transmissão online em tempo real e que todos os membros da Mesa tinham manifestado a sua oposição a essa questão. Maria Alice Sá, secretária responsável pela elaboração da ata levantou e mostrou os apontamentos que fazia ao longo da reunião. A presidente da Mesa negou que alguém estivesse a gravar alguma coisa e Márcia Barbosa mostrou o seu telemóvel demonstrando que não estava a gravar nada. Avançando para a votação, a ata foi aprovada com os votos a favor de Natália Queirós, Maria Alice Sá e Márcia Barbosa e os votos contra de Lúcia Carvalho e Odete Mendes.-----

----- Avançando para o ponto dois, a presidente da Mesa deu a palavra a Lisete Ribeiro para que apresentasse a primeira alteração modificativa ao orçamento. Lisete Ribeiro apresentou as linhas gerais deste documento, que já tinha sido previamente facultado aos membros da Assembleia e explicou que esta alteração se devia principalmente ao facto de um dos membros do executivo da Junta de Freguesia passar a estar disponível a meio tempo, conforme lei aprovada pelo Governo. Nessa lei está estipulado que o presidente da Junta de Freguesia pode passar a exercer a meio tempo e a receber por isso. No caso da Freguesia de Palme, a presidente da Junta renunciou a esse direito e esse benefício passou a estar disponível para outro dos membros deste executivo. Foi então assumido pelo secretário Davide Pires. Davide Pires passa a estar disponível para assuntos da Junta de Freguesia a meio tempo e a receber por isso. Como ele já era responsável pela condução da carrinha no transporte escolar e era remunerado por esse serviço, o executivo optou por que o senhor Pires continuasse a fazer esse serviço ao abrigo do meio tempo. Sendo assim, ele continua a assegurar o serviço de transporte mas sem receber diretamente remuneração por isso da parte da Junta de Freguesia. Fica assim salvaguardada a sua remuneração e a Junta de Freguesia fica livre do encargo de pagar ao motorista, podendo essa verba ser canalizada para outras coisas necessárias. Odete Mendes perguntou então porque não era alargado o tempo de atendimento ao público também ao abrigo desse meio tempo. Disse que essa foi uma promessa deste executivo em outras eleições anteriores e que nunca foi cumprida. Davide Pires respondeu que este executivo nunca fez promessas, apresentou antes propostas e que sim, essa era uma delas mas que ao longo do tempo nunca foi implementada porque se verificou que não era necessária. O tempo de atendimento na sede da Junta acaba por ser procurado por menos pessoas do que o esperado até porque durante as suas voltas pela freguesia no exercício dos seus deveres de motorista e mesmo durante o seu tempo pessoal acaba por ser abordado pelas pessoas, pessoalmente ou por telefone, que pedem o que precisam e acabam por ser atendidas sem terem que se deslocar à sede da Junta. Disse ainda que nesse aspeto praticamente considera que está ao serviço da Junta de Freguesia durante um tempo inteiro e não apenas a meio tempo porque é sempre a pessoa que está disponível para acompanhar as obras e para resolver qualquer coisa que seja necessária a qualquer hora do dia. Márcia Barbosa corroborou dizendo que na sua opinião o serviço para a Junta de Freguesia não corresponde apenas ao atendimento ao público mas a toda e qualquer disponibilidade para pequenas coisas. Odete Mendes questionou quanto tempo de condução fazia o senhor Pires. Ele esclareceu que eram cerca de três horas por dia, espaçadas entre si em

vários períodos. Disse também que a semana de trabalho na função pública era de trinta e cinco horas semanais o que faz com que o exercício a meio tempo seja de três horas e meia por dia e que sendo assim praticamente o trabalho de motorista cobre esse tempo. Disse que apenas aceitou estes termos e responsabilidade por sentir que a Freguesia ficava beneficiada sem que ele ficasse prejudicado, acabando por receber praticamente o mesmo enquanto a Freguesia poupava dinheiro, que poderia ser usado em outros melhoramentos. Não havendo mais questões, a presidente da Mesa submeteu o documento a votação sendo o mesmo aprovado com os votos a favor de Natália Queirós, Maria Alice Sá e Márcia Barbosa e os votos contra de Lúcia Carvalho e Odete Mendes.-----

----- Iniciando o ponto três, a presidente da Mesa explicou que a inclusão deste ponto estava relacionada com o facto de no início deste mandato os membros da Assembleia terem concordado em que as convocatórias e documentação referentes às reuniões de Assembleia fossem enviadas por correio eletrónico por ser mais económico, mais prático e mais ecológico. No entanto, essa opção não estava contemplada no regimento pelo que se decidiu submeter para aprovação um documento com as referidas alterações. Não havendo questões por parte dos membros presentes, o documento foi votado e aprovado por unanimidade. -----

----- Passando ao ponto quatro, a presidente da Mesa deu a palavra a Davide Pires para que expusesse as atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia desde a última reunião. Como falado antes, foi dada a oportunidade a Odete Mendes para que fizesse as perguntas que considerava necessárias para que ficasse registado um balanço do mandato deste executivo desde as eleições, que decorreram há um ano. Odete Mendes tomou a palavra para dizer que na sua opinião este executivo não tinha executado nenhuma obra estrutural, algo que realmente fizesse a diferença na Freguesia. Na sua opinião, além da instalação do multibanco que foi feita por um executivo anterior mas em que a presidente da Junta era a mesma pessoa, nada se fez. Foram apenas fazendo o minimamente necessário e na sua opinião, às vezes nem esse mínimo. Questionou se havia algum pedido formalizado para que fosse pavimentada a estrada municipal trezentos e cinco, ou seja, a rua de Palme, que na sua opinião está uma verdadeira vergonha. Davide Pires respondeu que sim, que já já tinha sido formalizado pedido junto da Câmara Municipal. Informou que houve um pedido ainda no mandato anterior e que já durante este mandato a Junta formalizou novo pedido mas que as hipóteses de sucesso na sua opinião são baixas porque tal como já foi falado mais do que uma vez em reunião de Assembleia, a pavimentação dessa rua depende também da execução do saneamento que não se prevê que seja executado em breve. Odete Mendes ressaltou que sabe disso mas que a Junta deve fazer a sua parte, que é pressionar sempre. Davide Pires respondeu que é isso que a Junta tem feito, não tendo deixado morrer o assunto mas não tendo até agora obtido resposta positiva por parte do município. Maria Alice Sá tomou a palavra para dizer que no seu entender, a culpa dessa via estar nesse estado não deve ser atribuída à Junta de Freguesia que mais não pode do que falar e pressionar. Esta situação é diferente de todas as outras ruas, em que a Junta pode decidir e pavimentar. Neste caso, nem que a junta tivesse dinheiro em caixa para esta obra não a pode executar porque esta é uma via da responsabilidade do município. Odete Mendes voltou a dizer que sabe disso mas que temos sempre que insistir. Continuou dizendo que outra situação parecida é o caso dos contentores do lixo. Disse que apenas foi colocado um novo contentor em Paranhos e por pedido seu. Perguntou se havia algum pedido no sentido de ser reforçado o número de contentores e de serem renovados os existentes porque alguns deles estão em muito mau estado. Davide Pires disse que no final do mandato anterior foi feito um pedido para isso junto da Câmara Municipal. Odete Mendes respondeu que o final do mandato foi há um ano atrás e quis saber se já foi feita mais alguma coisa nesse sentido desde aí. Davide Pires admitiu não poder responder porque

assim de momento não tinha a certeza se tinha sido feito novo pedido desde essa altura. Odete Mendes avançou na sua análise e perguntou sobre o campo de futebol. Disse que há um ano atrás, imediatamente antes das eleições, se falava que o campo de futebol ia ser relvado e que havia uma grande azáfama à volta desse assunto. Como até agora essa obra não avançou, gostaria de saber o que o executivo tem a dizer sobre isso. Davide Pires respondeu que a análise feita não estava correta. Esclareceu que o projeto de colocar um relvado no campo de futebol era do Palme Futebol Clube. A Junta estava apenas a tentar alargar o campo para que ficasse com outras condições. Até agora a colocação do relvado não avançou da parte do clube por problemas que são do conhecimento geral e conseqüentemente o alargamento também não porque a situação daquela altura se mantém, com um dos proprietários a não querer ceder o terreno. Lúcia Carvalho perguntou se era certo que todos os outros proprietários cederiam. Davide Pires respondeu que naquela altura todos tinham concordado em ceder mas que dado o tempo que tinha já passado agora teria que ser tudo falado de novo. A maioria dos proprietários apenas concordava ceder o seu terreno se todos os outros cedessem. O problema persistia e continua a persistir num só proprietário, que não quer ceder porque alega que parte do terreno onde estão implantados os balneários do clube era da sua família e que foi ocupado ilegalmente. Odete Mendes continuou a sua análise perguntando pela iluminação e se houve pedidos para a colocação de novas lâmpadas. Davide Pires respondeu que tinham sido pedidas duas lâmpadas e que sobre uma delas a Junta já tinha recebido resposta positiva. Sobre a segunda ainda não havia resposta. Odete Mendes quis saber onde se localizavam. Davide Pires respondeu que uma delas era em Cessal e que não se recordava da localização da outra. Ressalvou que isto eram situações em que o poste já lá estava colocado e as pessoas pediam a colocação de uma lâmpada. Odete Mendes terminou a sua análise perguntando o que estava programado para a Junta executar no próximo ano. Davide Pires respondeu que as obras a executar no próximo ano seriam discutidas no próximo orçamento a ser apresentado no próximo mês de dezembro. Odete Mendes finalizou então dizendo que sendo assim, e como algumas das obras prometidas não tinham sido realizadas e como não há neste momento previsões das que serão feitas, pode dizer claramente que este ano passado foi um ano vazio, em que nada foi feito por parte da Junta de Freguesia. Davide Pires respondeu que se essa era a opinião de Odete Mendes ele teria que a aceitar e respeitar. Davide Pires começou então a fazer o balanço das atividades desenvolvidas pela Junta desde a última reunião. Deu conta de que foi finalizada a pintura da sede da Junta, que ficou realmente com um ar muito mais bonito e aprumado. Deu conta também de que já foi paga a dívida à empresa Irmãos Barreto, no valor de cerca de trinta mil euros. Como anteriormente foi falado, esta dívida foi paga com a ajuda da Câmara Municipal, que atribuiu um subsídio nesse valor à freguesia de Palme porque a Junta não conseguiria fazer frente a essa despesa sem ficar financeiramente arruinada. Informou que a Junta de Freguesia contribuiu com o pagamento da festa da espuma inserida nas comemorações do dia da criança organizadas pela Associação Palmilhar. Disse também que foi finalizada a obra na rua da Fonte do Pedro, uma obra no valor de onze mil euros. No final do ano letivo, foi pedida pela escola primária uma ajuda para o pagamento dos insufláveis, ajuda essa que foi concedida para divertimento das crianças que frequentam aquele estabelecimento de ensino. Esclareceu que finalmente tinha sido arranjado o portão principal do cemitério, depois de algumas dificuldades em arranjar quem executasse essa obra. Foi entretanto também feita uma aplicação de herbicida da parte da empresa responsável pela limpeza das ruas da freguesia. Informou que foi concedido ao rancho "As Gamelinhas de Palme" um subsídio no valor de dois mil euros para ajudar nas despesas da associação na festa das colheitas e nas suas deslocações a outras localidades, engrandecendo assim o nome da Freguesia. Disse que foi atribuído também ao Palme Futebol Clube um subsídio no valor de dois mil e quinhentos euros, sendo mil euros para a inscrição do clube no

campeonato popular de futebol e o resto para pagamento das contas de água e de eletricidade, como habitualmente já acontecia. Foi realizado o Dia da Freguesia, no dia quinze de agosto e essa celebração teve o custo de cerca de quatro mil e quinhentos euros, sendo que este ano e na sua opinião, houve um recorde de pessoas a aderirem a esta celebração. Por altura da festa de Nossa Senhora dos Remédios foi também realizada uma limpeza extra na rua de Palme e na rua de Nossa Senhora dos Remédios para que essas ruas, percorridas pela procissão, estivessem com bom aspeto para a ocasião. Desde a última reunião foram pagos também seis subsídios de natalidade e durante as próximas semanas prevê-se que seja pago a cada criança inscrita no jardim de infância de Palme um subsídio de cem euros conforme proposta deste executivo na altura das eleições para tentar que o jardim de infância aumente o número de crianças inscritas. Foi feita uma base para colocação do contentor do lixo no lugar de Cerquido. E em agosto foi também realizado pela Junta o passeio anual dos meninos que frequentam a CAF. Márcia Barbosa pediu a palavra para esclarecer uma dúvida sua e perguntar se os subsídios mencionados atribuídos às várias associações eram por pedido das mesmas ou se era iniciativa da Junta de Freguesia serem concedidos. Davide Pires esclareceu que havia protocolo celebrado entre essas associações e a Junta que contemplava a atribuição dessas verbas. Davide Pires terminou dizendo que estas foram as obras e atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia desde a última reunião, em abril. Disse que àqueles que defendem que nada foi feito não sabe dar resposta. Odete Mendes disse que apenas considera que houve muitas festas, mas obras poucas. Davide Pires novamente respondeu que apenas podia respeitar a opinião. Disse que acha que poderia fazer-se mais, isso é aceitável, mas dizer que nada foi feito, considera exagerado e não verdadeiro. Odete Mendes e Lúcia Carvalho continuaram a dizer que nenhuma obra estrutural foi feita. Márcia Barbosa falou para dizer que acha que faz falta de tudo um pouco e que estes eventos se fazem já há algum tempo, não só agora e o facto é que as festas organizadas pela Junta de Freguesia têm tido muita adesão por parte da população e que isso demonstra que também são necessárias para que a população se sinta feliz. Deixou no ar uma pergunta que passo a citar: "Porque tem que ser uma obra estrutural? Porque não podem ser muitas obras mais pequenas?" Lúcia Carvalho alertou para uma outra situação que na sua opinião merece atenção. Disse que na ponte de Goldrez estava acumulada uma grande quantidade de terra que deveria ter sido retirada aquando da limpeza efetuada às ruas e valetas. Disse que o senhor Davide Pires acha que a empresa que faz a limpeza retira muita terra e que não poderia retirar toda mas que ali, onde está à vista de todos e não foi retirada demonstra que o trabalho não tem sido feito com muito esmero. Davide Pires respondeu que claro que acha que fazia falta fazer uma limpeza mais a fundo mas que para isso seria preciso uma grande parte do orçamento anual. Não havendo mais assuntos a expor nem mais questões a serem colocadas, a presidente da Mesa deu por terminado este ponto da ordem de trabalhos.-----

----- Passando ao período C que estava destinado à intervenção do público, a presidente da Mesa começou por relembrar as regras para que as pessoas pudessem usar a palavra e de seguida pediu às pessoas interessadas em usar da palavra para que o fizessem saber. Pediu a palavra o senhor Miguel Quinta e não houve mais interessados em fazer uso deste direito. Foi dada a palavra então ao senhor Miguel Quinta que começou por se dirigir à presidente da Mesa para dizer que não achava uma boa desculpa para não se ter realizado a reunião de Assembleia de junho o facto de a presidente da Mesa ter contraído Covid-19 porque isso apenas isolava uma pessoa durante cinco dias e que a reunião devia ter sido feita nem que fosse no mês seguinte. A presidente da Mesa respondeu que esteve mesmo mal e que não foi apenas uma questão de isolamento mas de ficar bastante debilitada a ponto de não poder executar o seu trabalho em condições. Disse também que não sabia se alguém tinha ficado lesado pela falta da reunião e se sim não percebia em quê. Miguel Quinta continuou questionando

diretamente Davide Pires e Lisete Ribeiro sobre qual o motivo da falta de comparência da presidente da Junta nesta reunião. Os dois questionados responderam em uníssono que ele teria que perguntar isso diretamente à presidente da Junta. A presidente da Mesa falou para dizer que a Presidente da Junta tinha justificado a sua ausência atempadamente e que o motivo da sua ausência não tinha que ser do conhecimento público. Miguel Quinta sugeriu que a reunião deveria ter sido deixada para quando ela pudesse estar presente ou ter sido realizada antes porque setembro tem trinta dias. A presidente da Mesa disse que esta era a única data neste mês ainda disponível e que outras datas anteriores não tinham sido possíveis como já no início da reunião tinha sido falado e que depois da falta da reunião de junho achou que esta deveria decorrer no mês que era suposto. Márcia Barbosa tomou a palavra para reiterar que a pergunta tinha sido feita aos membros do executivo presentes e que estes já tinham dado a resposta, por isso se o senhor Miguel Quinta quisesse ficar mais informado teria que procurar a presidente da Junta em horário de atendimento por exemplo para que ela lhe respondesse diretamente. Miguel Quinta disse então que não sabe se isso será possível porque ouviu dizer que a presidente da Junta já não vai à sede há mais de três meses mas que casualmente no dia anterior ele tinha lá visto o carro dela. Mas que constava por aí que ninguém via a presidente da Junta há três meses. Que havia pessoas que a procuravam e não tinham sucesso. Márcia Barbosa disse que a presidente da Junta até poderia estar ausente do atendimento há três meses mas que haveria outras formas de a contactar que não apenas no horário de atendimento. Maria Alice Sá disse que já tinha precisado de tratar algo diretamente com a presidente e que depois de se ter dirigido ao atendimento e não a ter encontrado tinha estabelecido contacto através de meios alternativos e o que precisava lhe tinha sido facultado. Miguel Quinta dirigiu-se de seguida a Davide Pires para o questionar sobre os gastos. Disse que o senhor Pires tinha dito que seria preciso muito dinheiro para fazer um limpeza a sério nas ruas da freguesia mas que na sua opinião a Junta estava a gastar mal o dinheiro por que considerava exagerado o valor de quatro mil e quinhentos euros para a celebração do Dia da Freguesia. Deu então um exemplo mais concreto: a Junta fez uma festa da espuma no dia um de junho para o Dia da Criança e novamente providenciou uma festa da espuma no Dia da Freguesia, dia quinze de agosto. Disse achar que era dinheiro mal gasto e além disso falta de imaginação. Davide Pires respondeu que em junho a festa foi organizada pela Associação Palmilhar e que foi essa associação a decidir os contornos da festa e portanto a inclusão de festa da espuma nesse dia foi alheio à Junta de Freguesia. No dia quinze de agosto, por ocasião do Dia da Freguesia a Junta tomou a decisão de incluir esta diversão por ser sempre bastante participada e do agrado da população em geral. Esclareceu que para a festa do Dia da Criança, a Junta pagou a festa da espuma como podiam ter sido os insufláveis ou outra diversão qualquer porque o valor seria semelhante. A questão é que a junta de Freguesia tem que pagar diretamente uma fatura, não pode simplesmente dar o dinheiro à associação e que a opção de ser a espuma foi apenas um mero acaso. Ana Pires, presente no público e membro da direção da Associação Palmilhar falou também para dizer que a Associação Palmilhar se dirigiu à Junta solicitando uma ajuda para a realização dessa festa, ajuda essa que foi concedida dessa forma. Miguel Quinta disse então que esta é uma marca deste executivo, apenas festas e festinhas e trabalho sério pouco. Lisete Ribeiro respondeu que na sua opinião a freguesia precisa de muita coisa mas precisa também de festas e festinhas uma vez que esses eventos são muito participados pela população. De seguida Miguel Quinta continuou dirigindo-se a Davide Pires para falar sobre o campo de futebol, perguntando se os proprietários dos terrenos que tinham consentido ceder tinham assinado algum documento para salvaguardar isso. Uma vez que Davide Pires tinha dito ali na reunião que apenas um proprietário não concordava ceder, a Junta poderia ter assegurado de vez a cedência do terreno de todos os outros mediante assinatura de contratos. Davide Pires respondeu que não, nada foi

assinado e que nem se pode obrigar ninguém a vender ou a ceder um terreno e que todos eles tinham concordado ceder mas se todos cedessem. O que quer dizer que se apenas um não concordar, os outros também não cedem. Disse que tudo isto já tinha sido falado nesta reunião, não percebendo porque se volta de novo ao mesmo assunto que já tinha sido falado momentos antes. Davide Pires disse ser um gosto seu ver aquela obra feita mas que já tinha dito informalmente aos membros da comissão administrativa que neste momento gere o clube como deveriam proceder porque na sua opinião estar a junta a negociar para o clube não vai cair muito bem perante as pessoas e que na sua opinião, a direção do clube deveria ser parte ativa nessas negociações para que as pessoas sentissem um comprometimento ativo por parte do clube. Prometeu nunca esquecer o assunto e da sua parte tudo fazer para que esse projeto saísse da imaginação e passasse a ser realidade. Nesta altura, Odete Mendes pediu novamente a palavra para perguntar qual a situação atual do terreno do Paço. Davide Pires respondeu que a Junta foi informada que a Câmara ia iniciar um estudo com o fim de lá ser construída habitação social. Desde essa altura a Junta não sabia mais nada. Odete Mendes disse que ela até sabia e informou que tinha sido aberto concurso para apresentação de propostas de arquitetura para construção de habitação social. Davide Pires respondeu que disso a Junta também sabia, mais do que isso é que não. Miguel Quinta continuou fazendo nova pergunta diretamente a Davide Pires e passou a citar: "Bustêlo mudou de freguesia?" Davide Pires ficou surpreendido e admitiu não perceber qual o teor da pergunta. Miguel Quinta passou então a explicar que tinha ouvido dizer que o presidente da Câmara veio visitar Bustêlo na companhia do presidente da junta da freguesia de Vila Cova e Feitos e perguntou se a Junta de Freguesia de Palme estava informada acerca disso. Davide Pires respondeu que nada sabia acerca desse assunto e que a Junta de Freguesia de Palme não tinha sido informada de nada semelhante a isso. Maria Alice Sá, na qualidade de habitante do referido lugar questionou Miguel Quinta se sabia exatamente o que estava a dizer e se sabia qual a área visitada no lugar de Bustêlo por tais individualidades. Miguel Quinta respondeu que sabia qual a área e qual a obra a ser executada mas recusou dizer e disse que Maria Alice Sá teria que se informar. Márcia Barbosa respondeu que isso nem era questão porque o presidente da Câmara podia perfeitamente andar por onde queria livremente e que se ele resolvesse visitar em Brirães a parte de Aldreu na companhia da respetiva presidente de Junta e entrasse por Palme não teria que informar a Junta de Freguesia de Palme. Não havendo mais questões e não havendo mais intervenções da parte do público, a presidente da Mesa deu por terminada a sessão pelas vinte e uma horas e dez minutos, da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pela presidente da Mesa e pela secretária que a redigiu.-----

Presidente Osqueiros

Secretária Maria Alice Cunha de Sá